Documentos de Trabalho nº41, CEsa, Lisboa, 1996

**Malásia:
de desigualdade em desigualdade até à igualdade final ?**

por

Antonio M. de Almeida Serra

Professor Auxiliar do ISEG; docente de "Macroeconomia" (licenciatura), "Políticas Económicas de Desenvolvimento" e "Economia da Ásia-Pacífico" (Mestrado); docente, em 1992, na Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique. Tese de Doutoramento sobre a política económica de Moçambique entre a independência e 1985. Publicou textos sobre a política económica deste país. Investigação e publicação de textos sobre a Ásia Oriental, o Sudeste Asiático, a Ásia do Sul e a África Austral. Dirige projectos de investigação naquelas primeiras áreas.

Os trabalhos reproduzidos nesta série são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O CEsa não confirma nem infirma quaisquer opiniões neles expressas.

Malásia: de desigualdade em desigualdade até à igualdade final ?

por

António M. de Almeida Serra

CEsA - Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento / ISEG/UTL

O título deste trabalho, reconhecidamente pouco ortodoxo, remete para o que nos parece ser a chave para se compreender o essencial da evolução da economia do país desde a sua independência (1957): a de que, a partir do reconhecimento da existência de uma profunda desigualdade de distribuição de rendimento com profundas conotações étnicas, o poder político instituído tem procurado, através de medidas elas próprias suscitadoras de dinâmicas desiguais dos grupos étnico-sociais em presença, criar uma sociedade mais igualitária e, como tal, menos propensa à explosão social (com algumas centenas de mortes) que o país viveu em Maio de 1969 devido, em grande parte, às desigualdades então existentes.

Associada a esta ideia existe uma outra: a de que poucos países que passaram pela experiência colonial terão sido tão influenciados por ela como o foi a Malásia, já que foi essencialmente aquele poder que esteve na base da complexidade étnica (e de distribuição de rendimentos entre os grupos étnico-sociais) do país.

É sobre estas realidades que nos iremos debruçar. No primeiro ponto, analisaremos o passado colonial já que o consideramos como essencial para a compreensão do percurso pós-independência do país. No ponto 2, estudaremos a primeira fase do desenvolvimento da Malásia, a que se seguiu, a partir do início dos anos setenta e após um período de grave agitação social (Maio de 1969) devida às tensões existentes entre as diferentes comunidades étnicas, uma segunda fase de desenvolvimento e transformação estrutural. Será esta o objecto de análise do ponto 3. Nos pontos 4 e 5 estudaremos as transformações que se deram durante a primeira metade dos anos oitenta (ponto 4) e, de uma forma especial, depois da crise económica de meados desta década (ponto 5). Terminaremos com um ponto de conclusões.

¹ - Este texto foi elaborado no quadro do projecto de investigação sobre "Globalização e Ásia Oriental" financiado pela JNICT (contrato de investigação PCSH/C/ECO/633/93) de que o autor é o investigador-responsável

1 - O período colonial²

Dominando a porta de entrada do Oriente, a península da Malásia entrou em contacto mais estreito com o Ocidente pela mão dos portugueses quando estes, com Afonso de Albuquerque, conquistaram Malaca em 1511. O objectivo era dominarem o então já fervilhante comércio entre as "ilhas das especiarias", a China e o Japão, por um lado, e a Índia, a Arábia e, através desta, a Europa, por outro.

A domínio castelhano sobre Portugal entre 1580 e 1640 e a guerra entre os nossos vizinhos e a Holanda, trouxe como resultado a conquista de Malaca pelos holandeses em Janeiro de 1641 e após um cerco em que a "Famosa"³ resistiu durante sete meses.

Aí se mantiveram durante mais de cento e cinquenta anos. Entretanto chegaram os ingleses. Estes, ligados à Companhia das Índias Orientais⁴ --- interessada em ter naquela região um porto de apoio aos navios do seu comércio de chá com a China que os protegesse dos holandeses ---, instalaram-se primeiro na ilha de Penang (1785). Desde então e graças a uma política de crescente imposição da sua presença aos dirigentes dos diversos sultanatos da península, o seu poder foi aumentando significativamente. Entretanto, pelo tratado anglo-holandês de 1824, Malaca e a sua bastante danificada "Famosa" foram entregues aos ingleses.

Em 1867 as zonas de implantação da Companhia na região (Penang, Malaca e Singapura) passaram para a administração directa do British Colonial Office. No final do século XIX (1895) e a fim de facilitar o controlo inglês sobre toda a região, foi criada a Federação dos Estados Malaios. Estava-se já em pleno período colonial inglês.

Este já não tinha apenas como objectivo assegurar o comércio das especiarias e o apoio à rota do chá. De facto, as riquezas naturais da região tinham despertado o interesse inglês; objecto de exploração eram as madeiras preciosas e, principalmente, o estanho, em que o país é rico. A exploração desta riqueza mineral era feita, no entanto, por chineses que se tinham instalado na região. Quando, nos meados do séc. XIX, foram descobertas novas e importantes jazidas exploráveis com tecnologia simples, os chineses aumentaram significativamente a imigração de conterrâneos seus para servirem de mão-de-obra para as minas. Foi assim que, por exemplo, numa das regiões em que se fizeram as novas descobertas (Perak) não havia chineses em 1850 e passados vinte anos eles eram já cerca de quarenta mil. Em 1911 a Federação dos Estados Malaios tinha já quase 200 mil mineiros de estanho, mais de 95% dos quais eram chineses.

Entretanto, os ingleses tinham começado a explorar na Malásia a borracha natural. Importadas da Amazónia, as primeiras árvores da borracha cedo mostraram a sua grande adaptação às condições climáticas locais. Assim, contrariamente ao que sucedia no Brasil, onde a borracha era extraída das árvores que cresciam livremente na bacia amazónica, os ingleses

² - Uma das principais fontes bibliográficas para o estudo do país é BRUTON, Henry (et colab.) *The political economy of poverty, equity, and growth: Sri Lanka and Malaysia* (World Bank Comparative Study), Oxford University Press, New York, 1992. Também nós o utilizámos largamente como fonte deste trabalho, nomeadamente neste ponto.

³ - É assim que ainda hoje a Malásia designa a fortaleza aí deixada pelos portugueses do séc. XVI

⁴ - Recorde-se aqui que esta companhia inglesa tinha o monopólio das actividades daquele país a leste do Cabo da Boa Esperança, incluindo, portanto, o comércio com o Extremo Oriente, em particular com a China (comércio do chá)

criaram na Malásia plantações especialmente destinadas à sua produção.

Para servirem de mão-de-obra nas plantações e nas obras públicas que entretanto se iam tornando necessárias para a *mise en valeur* do território, os ingleses recorreram a um número significativo de indianos oriundos (principalmente) do sul da Índia (etnia Tamil). Os mesmos indianos foram também os principais auxiliares da administração inglesa.

Quadro nº 1 - Distribuição das ocupações entre os grupos étnicos (milhares)

grupos e ocupações	1911	1957 (independência)
Malaios		
cultivadores de arroz (principal alimento)	108	nd
trabalhadores rurais	29	nd
proprietários agrícolas	18	424
cultivadores de borracha	nd	247
trabalhadores - assalariados	3	33
proprietários e gestores	nd	14
outros	51	245
Total (maior que a soma das parcelas)	212	1004
Chineses		
mineiros	149	nd
trabalhadores rurais	40	nd
cultivadores de borracha	nd	177
proprietários e gestores	nd	35
trabalhadores - assalariados	12	51
outros (principalmente comércio e artesãos)	142	496
Total (idem)	360	759
Indianos		
trabalhadores rurais	80	nd
trabalhadores - assalariados	11	32
proprietários e gestores	nd	8
cultivadores de borracha	nd	129
outros	52	138
Total (idem)	143	307

Fonte: BRUTON, H. op. cit., quadro 10-1, pg 181; nd - não disponível

Um dos principais resultados da evolução política e económica aqui sintetizada é que em 1911 a estrutura étnica do país era composta por uma maioria (48%) de malaios (para além de 6,5% de "outros malaios", i.e., minorias autóctones, muitas delas vivendo *na* e *da* selva) e por duas grandes minorias: a dos chineses, com 30% da população, e a dos indianos, que correspondiam a cerca de um décimo dos habitantes do país.

Os malaios, quer por razões culturais quer por influência religiosa --- a quase totalidade era (é) muçulmana ---, não tinham o dinamismo empresarial e o apego ao trabalho dos chineses. Preferiam uma vida simples, principalmente rural --- 2/3 da população rural é malaia, uma proporção muito maior que a da parte deste grupo na população total.

As diferentes características culturais de cada uma das comunidades (malaia, chinesa e indiana) vão ser determinantes na sua dinâmica e, conseqüentemente, na parte que historicamente tem cabido a cada uma na repartição da riqueza nacional.

Esta, graças à exploração das riquezas naturais (estanho, borracha, madeiras preciosas,

óleo de palma), tem grangeado ao país, desde há muitos anos, uma situação económica relativamente privilegiada quando comparada com a maioria dos países considerados como "em desenvolvimento". Esta situação caracterizava-se no início do período pós-independência pelos seguintes indicadores:

Quadro nº 2 - Indicadores macroeconómicos, 1960

Indicador (valores e percentagens)	valor
PIB (milhões de ringgits)	7025
PIB per capita (ringgits)	860
PIB per capita (US\$) *	287
Taxa de câmbio (ringgits / US dólar)	3.06
Exportações de mercadorias	3633
borracha	2001
estanho	508
Importações de mercadorias	2786
Balança comercial	847
Reservas em divisas	1089
Dívida externa	360
Balança de Transacções Correntes, 1961	-16
Taxa de inflação, 1955-60 (média)	0.3
Saldo das contas públicas	-132
Composição da Despesa Nacional (%)	
consumo privado	64.7
consumo público	11.3
investimento bruto	14.7
exportações	55.7
importações	42.4
Composição do PIB (%)	
agricultura	40.0
indústria mineira	6.0
manufacturas	8.6
construção	3.0
transportes e comunicações	4.3
comércio e finanças	23.2
outros	14.2
Emprego (%)	
agricultura	58.5
indústria mineira	2.8
manufacturas	6.4
construção	3.2
comércio	9.2
transportes e comunicações	3.5
serviços	15.0
outros	1.4
População (milhões)	6.2
Taxa de crescimento da população	2.5
Composição étnica (%)	
Malaios	49.5
Chineses	37.2
Indianos	11.7
Outros	1.6
Área	

* calculado pelo autor a partir do valor em moeda nacional e da cotação do US\$
 Fonte: BRUTON, Henry op. cit., pg 187 e 192

Do conjunto de elementos do quadro anterior realcem-se aqui os relativos às contas externas (um saldo positivo apreciável na balança comercial e um reduzido saldo negativo da balança de transações correntes), às contas públicas (um défice de apenas cerca de 2% do PIB) e à taxa de inflação (0,3% na segunda metade dos anos cinquenta). Estes são valores que, apesar de relativos apenas a um ano, traduzem o quadro geral da economia naquela época: um equilíbrio do comportamento da economia do país pouco vulgar nas economias em desenvolvimento o que demonstra o afirmado atrás sobre a situação económica globalmente favorável do país na época da sua independência.

Quanto à situação social, note-se na alteração da composição étnica do país, com (entre 1911 e 1960) o nítido aumento da proporção de chineses (de 30 para 37%) e o fraco reforço da população de origem indiana (agora cerca de 12%) acompanhados de uma ligeira diminuição do conjunto de cidadãos malaios na população do país.

Esta evolução deve ser vista em conjunto com a da repartição do rendimento entre os vários escalões deste e entre os vários grupos étnicos. O quadro abaixo é o retrato da situação que então se vivia neste domínio:

Quadro nº 3 - Distribuição de rendimentos entre e dentro das comunidades étnicas, 1957-58

decil	total	malaio	chineses	indianos
mais baixo	2.1	2.7	2.6	3.0
segundo	3.6	4.4	4.2	4.6
20% mais baixos	5.7	7.1	6.8	7.6
nono	15.4	14.9	15.3	14.2
mais alto	33.2	27.6	30.5	29.5
20% mais altos	48.6	42.5	45.8	43.7
20% + altos / 20% + baixos	8.5	5.9	6.7	5.7
rendimento médio mensal (moeda local)	215	139	300	188

Fonte: BRUTON, Henry op.cit., pg 195 (com adaptações)

Como se pode verificar,

- o grupo étnico com nível de rendimento mais elevado era o dos chineses, com uma média mensal mais que dupla da dos malaios e mais de cinquenta por cento superior à dos indianos;
- relativamente à média nacional, o rendimento médio mensal de um chinês excedia-a em cerca de 1/3, enquanto que malaios e indianos se situavam abaixo dela (cerca de 1/3 para os primeiros e de 15% para os segundos);
- dentro de cada grupo étnico e à semelhança do que sucedia entre as várias etnias, existia também uma considerável desigualdade da distribuição de rendimentos, sendo os chineses aqueles que tinham uma menor desigualdade.

Esta situação fazia-se sentir também na repartição de rendimentos entre as populações

rurais e urbanas: os malaios das cidades recebiam o dobro dos das zonas rurais, enquanto que a diferença rural/urbana nas outras duas comunidades era muito mais reduzida, sendo o rendimento dos indianos das cidades apenas cerca de 5% mais elevado do das zonas rurais; esta percentagem era de 20% entre a comunidade chinesa.

Confirmando esta situação quanto à repartição de rendimentos (*entre* as etnias, *dentro* delas e *entre* a cidade e o campo), os dados quanto à percentagem de população em situação abaixo do nível de pobreza absoluta (definido para aquela época e para a Malásia como sendo de \$120) permitem concluir que 55,7% dos malaios eram pobres. Esta percentagem era apenas de 13,1% para os chineses e de 19,8% para os indianos ⁵.

A esta situação não era estranha a diferente composição da mão-de-obra de cada grupo étnico quanto aos sectores em que exercia a sua actividade. De facto, 73% dos malaios trabalhavam na agricultura (9% na indústria e 18% nos serviços), enquanto que apenas 40% dos chineses desenvolviam a sua actividade neste sector. Este grupo étnico era o que tinha maior percentagem de activos trabalhando nas indústrias manufactureiras (28%), sendo também, juntamente com os indianos (32 e 35%, respectivamente) o que tinha um número mais importantes de activos no sector dos serviços ⁶.

Estes valores são o retrato numérico de uma situação que genericamente se pode caracterizar assim: a maioria da função pública era maioritariamente constituída por malaios, com poucos chineses e indianos. Estas duas comunidades, principalmente a primeira, dominavam as actividades comerciais e financeiras, exactamente as que proporcionavam níveis de rendimento mais elevados e que tinham melhores perspectivas de evolução. Pelo contrário, os malaios encontravam-se limitados quase exclusivamente às actividades de menor produtividade (agricultura familiar) e/ou de menor dinâmica (função pública). Enfim, parecia confirmar-se que os malaios eram pobres porque eram pobres (...) e que os outros grupos étnicos, principalmente os chineses, tinham sido, para além do capital estrangeiro, os principais beneficiários da situação colonial.

2 - Da independência à NEP - Nova Política Económica (1957/60 a 1971)

A independência (31/Ago/1957) deu-se, portanto, num ambiente de relativa estabilidade e progresso económico. No entanto, havia a consciência de que a excessiva dependência do país em relação à produção agrícola (borracha e óleo de palma) e mineira (estanho) tinha que ser modificada. Esta noção advinha principalmente da instabilidade das cotações das matérias primas.

Mas mais importante do que isto, as novas autoridades tinham consciência de que a comunidade malaia --- a que elas próprias pertenciam já que o poder político estava quase integralmente nas suas mãos enquanto que o poder económico era essencialmente estrangeiro ou exercido pela comunidade chinesa --- estava em situação mais desfavorável que as restantes

⁵ - Vd BRUTON, Henry op. cit., pg 197. Aí se acrescenta que 44,2% da população rural ---- que era 2/3 malaia --- estava abaixo daquele nível, enquanto que o valor correspondente para a cidade era de 16,8%. A média nacional era de 34,9%.

⁶ - idem

comunidades étnicas nacionais.

Tendo em consideração que a maioria malaia era principalmente rural e que o apoio desta era essencial ao novo governo, não admira que durante os primeiros anos (designadamente durante os dois primeiros planos de fomento económico, até 1965) quase metade das despesas de desenvolvimento tivessem revertido a favor do desenvolvimento rural --- excluindo a produção em plantações, a cargo do sector privado mas incluindo a abertura, por deflorestação, de novos campos para a agricultura de base familiar.

Ora, como salienta BRUTON,

"O aspecto mais relevante a referir nesta estratégia é o de ela se basear na ideia de que os malaios continuarão a ser cultivadores de arroz, pescadores e pequenos produtores de borracha. Não se perspectivava uma sua transferência em larga escala das zonas e actividades rurais para as zonas e actividades urbanas. Esta estratégia (...) reflectia uma genuína preferência dos malaios pela vida rural. A ideia era a de aumentar o rendimento destas actividades rurais e não a de transferir os malaios para actividades mais produtivas nem criar novas actividades nas zonas rurais." ⁷

Note-se que esta orientação da política económica foi adoptada por um governo que, embora exercido essencialmente por membros da comunidade malaia, tem sido, desde a independência, o fruto de uma aliança entre as três comunidades étnicas. Os benefícios que as comunidades não-malaias retiravam (ou esperavam retirar) desta aliança eram vários e iam desde a vantagem em, sendo minorias, não estarem expostos ao desgaste do poder até ao facto de ficarem mais livres para se dedicarem àquilo que realmente queriam e era a sua principal "vantagem comparativa": o exercício das actividades industriais e, principalmente, comerciais.

Além da ênfase no desenvolvimento rural, outro aspecto que mereceu a atenção das autoridades após a independência foi a educação. Tendo beneficiado de um esforço que, no entanto, foi bem menor do que o dedicado ao desenvolvimento rural, este aspecto não pode deixar de ser visto em relação com o da política linguística.

A existência de três grandes comunidades com línguas próprias ---- a que havia que juntar a língua do ex-colonizador e que funcionava como língua franca entre todos --- foi um dos problemas que teve de se defrontar na definição das línguas veiculares no ensino. A solução adoptada foi a de permitir o ensino primário em qualquer das línguas maioritárias (malaio, chinês, tamil e inglês) mas restringir ao malaio e ao inglês o ensino secundário. O objectivo era, assumidamente, transformar progressivamente o malaio em verdadeira língua nacional e, como tal, fatora de uma identidade nacional malaia que nitidamente não existia devido às diferenças étnicas.

Face a uma tal estrutura de ensino secundário, naturalmente os malaios prosseguiram os seus estudos nesta língua enquanto que os chineses e os indianos se viam forçados a passar a frequentar escolas em inglês. Ora, como durante os primeiros anos e por falta de pessoal nacional (leia-se malaio) habilitado a Universidade do país leccionou em inglês, o resultado foi o de que os alunos malaios viram-se limitados no seu acesso ao ensino superior e, com ele, às profissões de maior influência e prestígio. Este foi um resultado contraproducente em relação aos objectivos

⁷ - vd BRUTON, H. op. cit., pg 234

definidos pelas autoridades para o sistema educativo: ser fator, ainda que a longo prazo, de uma maior igualdade entre os diversos grupos étnicos e sociais.

Por outro lado, como a administração pública era detida essencialmente pela maioria malaia, instalou-se um *modus vivendi* que levou a que os estudantes desta etnia preferissem cursos que lhes dessem acesso a esta actividade e/ou que não fossem muito difíceis --- o essencial para obter um lugar na função pública seria ter um canudo... --- enquanto os das demais etnias, porque precisavam de habilitações técnicas para trabalharem nos sectores directamente produtivos --- e que eram propriedade das suas etnias... ---, optavam por cursos de maior conteúdo prático e tecnológico. Assim se assegurava a reprodução das funções sociais das várias etnias.

Por fim, uma referência à política industrial.

A primeira constatação a fazer é que, como resulta do que fica acima sobre a relevância dada ao desenvolvimento rural e, em menor escala, à política educativa, a esta área foi dada uma importância relativa menor.

Este facto é, em si mesmo, susceptível de uma leitura política: é que, sendo este sector ---- e o sector da comercialização que lhe estava associado ---- maioritariamente dominado pelos não-malaios (estrangeiros, chineses e indianos), atribuir-lhe uma maior centralidade na estratégia seria, aos olhos do poder instalado, contribuir para um prolongar e, até, um aprofundar das desigualdades entre grupos étnicos quanto ao acesso ao poder económico.

De qualquer forma, as decisões tomadas neste domínio tiveram como pano de fundo a opção teórico-prática mais vulgar na época: a substituição de importações. Ela era facilitada pelo facto de o país ter, para país em desenvolvimento, uma economia relativamente forte e equilibrada nas suas contas com exterior. Havia também e ainda que algo limitado ⁸, um mercado interno para quem produzir e cuja existência era uma condição essencial para a adopção de uma tal política industrial.

Esta está bem patente no texto do primeiro plano de desenvolvimento da já então Federação da Malásia (1965) ⁹:

"da montagem de alguns componentes importados, os industriais passarão à produção de alguns e, eventualmente, de todos esses componentes na Malásia."

Ao Estado caberia um papel importante no estabelecimento das condições de incentivo ao investimento privado, entendido como sendo o principal actor económico no sector industrial. Elementos importantes desta política foram a construção de infraestruturas ¹⁰, na concessão de incentivos fiscais e na protecção, via tarifas alfandegárias e outras barreiras, contra a importação de mercadorias. Note-se, no entanto, que esta nunca chegou a ser muito elevada: cálculos da

⁸ - não esquecer que se estava perante um país em desenvolvimento com um rendimento per capita inferior a trezentos US\$

⁹ - citado por BRUTON, H. op. cit., pg 256. Utilizamos aqui a tradução directa do nome pelo que passou a ser conhecida, em inglês, a Federação: Malaysia. A designação tradicional em português é Malásia mas esta, na realidade, refere-se apenas à península, não incluindo os territórios da margem norte da ilha de Bornéu (e cuja inclusão está subjacente à opção, no momento da constituição da Federação, pelo termo *Malásia* como designando uma entidade mais vasta que o termo Malásia). Numa concessão à prática corrente, utilizaremos indistintamente ambos os termos para designar uma mesma realidade: a da Malásia

¹⁰ - Também úteis ao desenvolvimento rural na medida em que, no caso das estradas, permitiam o acesso de mercadorias e o escoamento da produção às/das zonas rurais

época referem 7% como taxa média de protecção do sector manufactureiro enquanto outros países com nível de desenvolvimento semelhante tinham taxas muito superiores: 79%, 54%, 21%, 92% e 32%. A este baixo nível de protecção não seria estranho o facto de o país, graças à s suas exportações de estanho, óleo de palma e de borracha, não ter usualmente problemas graves de balança de pagamentos.

O sector privado incluía uma larga participação estrangeira, boa parte dela herança do passado colonial e orientada para a transformação de produtos agrícolas e minerais. Embora representassem apenas 6% dos estabelecimentos das manufacturas (1968), as empresas estrangeiras eram as responsáveis por metade das vendas e do valor acrescentado deste sector. Isto significa que o capital estrangeiro dominava principalmente as grandes empresas; a comunidade chinesa dominava a pequena e média produção manufactureira (além do comércio). O mesmo panorama de presença dominante do capital estrangeiro se verificava nas plantações de borracha, na produção de óleo de palma e na de estanho.

Em resultado da estrutura produtiva herdada do período colonial e das medidas de política económica adoptadas pelas novas autoridades, a situação económica do país ao longo da década de sessenta foi relativamente estável e numa senda de crescimento.

Quadro nº 4 - Comportamento de algumas variáveis económicas, 1960-1971

variáveis	1960	1961	1962	1968	1969	1970	1971
taxa de variação do PNB		-4.5	6.4	3.9	12.9	4.5	6.7
idem, inflação		-0.2	3.1	-0.2	-0.2	1.7	1.7
idem, FBCF		0.1	8.3	-0.1	10.2	32.0	25.5
FBCF/PNB		13	13.6	15.4	14.8	14.4	18.2
taxa variação export mercadorias (% , US\$)			0.8	10.7	20.7	2.1	-2.4
idem, import (% , US\$)			8.1	7.1	-3.6	19.4	6.5
export mercadorias (valor US\$)				1331	1607	1640	1600
import (idem)				1121	1081	1291	1375
investimento directo (idem)				30	80	94	100
saldo da BTC (idem)	141	3	-50	32	239	8	-108
idem, Balança Pagamentos (idem)				30	132	14	56
reservas (idem)	356	349	373	417	512	542	665
população (milhões)	8.1			9.9			10.7

Fonte: FMI *International Financial Statistics Yearbook 1986 e Idem, 1995*

O PIB cresceu a uma taxa média de 6,5% ao ano, tendo o sector manufactureiro atingido taxas de crescimento de 9-10% no início dos anos sessenta e de 15-16% no seu final.

Isto foi conseguido mesmo com taxas de investimento relativamente reduzidas pois a proporção FBCF/PNB manteve-se a níveis relativamente modestos: cerca de 15-16%. Só no final do período, já no início da década de setenta e pelas razões que estudaremos adiante, é que esta parte do investimento na despesa nacional começou a aumentar: 18,2% em 1970 e 21,5% em 1971.

Este nível baixo da taxa de investimento não parece ter razões económicas significativas já que a taxa de poupança foi, durante o mesmo período, cerca do dobro dela. Assim apontam-se como principais razões para o fenómeno quer a falta de capacidade empresarial por parte de uma parte significativa da população --- designadamente a malaia, muçulmana e rural na sua esmagadora maioria --- e políticas orçamentais do Estado bastante conservadoras já que o orçamento deste se manteve quase sempre com saldos positivos. As influências das concepções

económicas herdadas do poder colonial quanto à necessidade de haver um equilíbrio nas contas públicas que evitasse à potência colonizadora incorrer em custos desnecessários, terão estado também presentes nesta evolução ¹¹.

Entretanto, a política de substituição de importações teve como resultado a alteração da estrutura das importações: enquanto os bens de consumo representavam no início do período pós-independência cerca de 65-70% das importações, no final da década de sessenta representavam apenas cerca de 50%. Por sua vez, os bens de capital viram a sua percentagem subir de 7% para 20-25%, enquanto os bens intermédios passaram de 6-8% para 17-18%. Esta evolução está de acordo com a de outros países que adotaram estratégia semelhante e com as análises teóricas sobre ela.

Quanto às exportações de produtos manufacturados, apesar de um crescimento de cerca de 9% ao longo da década de 60, viram baixar a sua percentagem no produto de 7 para 5%, o que confirma que naquela época este tipo de exportações não eram consideradas prioritárias ¹².

Os valores acima referidos para a taxa bruta de investimento são o retrato de um esforço que poderemos classificar como pouco intenso para alterar a estrutura produtiva do país e, com ela, a situação da repartição de rendimentos. Não admira, portanto, que no final dos anos sessenta se tenha verificado um agravamento, e não uma melhoria, da situação neste domínio.

De facto, se os dois decís mais baixos recebiam em 1957-58 um total de 5,7% e os dois mais altos 49,8% do rendimento nacional ¹³, em 1970 essas percentagens eram respectivamente de 4% e de 56,2%.

O panorama quanto à repartição *entre* e *dentro* dos diversos grupos étnicos também sofreu um agravamento:

¹¹ - vd SALLEH, Ismail e MEYANATHAN, Saha *Malaysia: growth, equity, and structural transformation* (série *The lessons of East Asia*), World Bank, 1993, pg4

¹² - *idem*, pg 263

¹³ - Dados de publicações governamentais. citados por BRUTON, H. op. cit., pg 215. Estes valores são ligeiramente diferentes dos apresentados no quadro nº 3. Utilizamos aqui estes valores para serem congruentes com os de 1970 e que têm a mesma fonte governamental

Quadro nº 5 - Repartição de rendimento, 1957 e 1970 ¹⁴

decis	malaios		chineses		indianos	
	1957	1970	1957	1970	1957	1970
mais baixo	2.7	0.8	2.6	1.5	3.0	1.5
seguinte	4.4	2.9	4.2	3.1	4.6	3.4
20% mais baixos	7.1	3.7	6.8	4.6	7.6	4.9
nono	14.9	16.3	15.3	15.5	14.2	14.6
mais alto	27.6	36.2	30.5	37.1	29.5	39.6
20% mais altos	42.5	52.5	45.8	52.6	43.7	54.2
20% + altos / 20% + baixos	6	14.2	6.7	11.4	5.8	11.1
coeficiente de Gini	0.34	0.47	0.37	0.45	0.35	0.46
rendimento médio mensal (em moeda local)	139	177	300	399	237	310

Fonte: BRUTON, H. op. cit., pg 217

Esta evolução continuava relacionada com a diferente participação de cada grupo étnico na força de trabalho, mantendo-se uma estrutura em que os malaios (*bumiputeras* ¹⁵) se ocupavam maioritariamente na agricultura (nomeadamente na familiar, de produtividade mais baixa quando comparada com a de plantação, onde dominavam os não-malaios), sendo a sua presença nos sectores mais produtivos (indústria e comércio) muito inferior à dos restantes grupos étnicos, os quais, em 1967 representavam cerca de 2/3 da população activa da indústria e do comércio ¹⁶.

Retratando a mesma realidade, a estrutura de propriedade era em 1970 a seguinte:

Quadro nº 6 - Estrutura de propriedade do capital por sector, 1970

tipo de proprietário	borracha	estanho	manufacturas	instituições financeiras	comércio	total
malaio	10	4	2	3	1	2
chinês	13	9	22	24	30	23
indiano	1	0	1	0	1	1
governo	0	2	1	3	0	1
outros residentes	7	19	14	17	4	13
TOTAL residentes	22	33	40	48	36	39
estrangeiros	78	67	60	52	64	61

Fonte: BRUTON, H. op. cit., pg 224

Os números acima espelham bem a situação que se vivia no final dos anos sessenta: o poder político estava nas mãos da comunidade malaia que, no entanto, não detinha um poder económico equivalente. Este estava fundamentalmente nas mãos dos capitalistas estrangeiros e,

¹⁴ - Os dados para 1957 constantes deste quadro são ligeiramente diferentes da do quadro 3. Tal fica-se a dever ao facto de estes se referirem ao ano de 1957 e aqueles ao biénio 1957-58; as fontes de cada um deles, embora ambas citadas por BRUTON, são também, e por isso mesmo, diferentes. Um confronto entre os dados permitirá concluir que as diferenças existentes entre ambos não afectam as conclusões que se podem retirar da sua análise

¹⁵ - Trata-se do nome pelo qual são conhecidos usualmente os habitantes desta etnia

¹⁶ - vd BRUTON, H. op. cit., pg 223, quadro 12-5

numa perspectiva exclusivamente nacional, nas mãos da comunidade chinesa. O exercício do poder pela comunidade de maior dimensão não lhe tinha permitido, ao longo do período desde a independência até ao fim dos anos 60, alterar a situação. Pelo contrário, parecia que a estratégia económica prosseguida tinha tido resultados exactamente inversos: o fosso entre as várias etnias --- principalmente entre as duas mais numerosas --- era cada vez maior.

Este terá sido um dos resultados (espúrios) de uma orientação que privilegiou o desenvolvimento rural e que remeteu o Estado a um papel relativamente secundário. Tudo se passara como se o mercado tivesse funcionado (como funcionou) no sentido de reproduzir e aprofundar as estruturas do passado, nomeadamente no domínio da repartição de rendimentos.

Nestas condições, não admira que as tensões sociais se acumulassem e tivessem "saltado para a rua" em Maio de 1969, quando os incidentes então ocorridos resultaram em cerca de duas centenas de mortes ¹⁷.

Era inevitável a alteração da estratégia e da política económicas prosseguidas até então: uma vez que o *mercado* se mostrara incapaz de corrigir a situação quanto à repartição de rendimento entre os grupos étnicos, teria de competir ao *plano* (leia-se ao Estado e à política económica) fazê-lo. Foi esta alteração o objectivo que se impôs a Nova Política Económica (NEP) adoptada no início da década de setenta (1971).

3 - A luta pela igualdade via desigualdade ou "de como escrever direito por linhas tortas" (1969/70 - 1980/81)

O principal objectivo desta nova orientação foi alcançar uma distribuição de rendimento que beneficiasse os malaios e que foi sintetizada sob a forma da chamada regra dos "30:40:30": na medida em que a repartição de rendimentos é função, entre outros factores, da propriedade dos bens de produção, a comunidade malaia deveria, num prazo de vinte anos (i.e., até 1990), possuir 30% do capital das empresas, as outras comunidades deveriam possuir, em conjunto, 40% e o capital estrangeiro não deveria deter mais de 30%.

Esta procura deliberada de uma melhoria da situação da maior comunidade étnica era justificada por razões políticas pois acreditava-se que o facto de ela ter beneficiado muito pouco com a independência estava na origem dos tumultos ocorridos. Esta exigência política era, no entanto, vista com alguma preocupação pois, de acordo com algumas concepções teóricas reinantes e muito fortes naquela época, temia-se que existisse um *trade-off* entre repartição do rendimento e crescimento económico. Ora, não se queria reduzir este mas, antes, acelerá-lo.

Comparando os valores definidos como metas com os relativos a 1970 e que constam do quadro anterior, tem-se uma ideia do esforço (e do idealismo) que se iria exigir à economia e à sociedade em geral já que uma parte significativa da alteração estrutural que se antevia deveria ocorrer não por uma alteração profunda da estrutura de propriedade do stock de riqueza já existente --- isso levantaria contra o processo a comunidade chinesa, aliada política do poder

¹⁷ - Na origem destes incidentes estão não apenas questões de natureza económica e social como a da repartição de rendimentos mas também a questão linguística já introduzida atrás. Uma descrição sintética das questões envolvidas e da luta política que rodeou estes acontecimentos pode ser vista na obra que temos vindo a indicar como fonte principal deste trabalho.

instituído --- mas principalmente por alteração da estrutura do capital a investir nos próximos vinte anos. Excepção era a redução da posição do capital estrangeiro, o qual deveria diminuir significativamente por acção combinada daquele mecanismo e da sua venda, em condições privilegiadas, à comunidade malaia --- ou ao Estado, que depois a venderia a esta. Também empresas chinesas seriam adquiridas pelo Estado para assegurar esta transferência de propriedade ¹⁸.

O facto de se contar mais com a alteração da repartição dos futuros acréscimos de stock de riqueza do que com a dos já existentes significava que aquela meta só poderia ser alcançada num quadro de crescimento económico rápido. Ora, temia-se que as forças da economia deixadas a si mesmas tivessem como efeito da melhor repartição do rendimento um menor desempenho do crescimento.

A forma de conciliar os dois objectivos (crescimento *com* melhoria da repartição do rendimento) era envolver mais o Estado no comando da economia, o que, não passando apenas pelo controlo directo dos factores produtivos (através, por exemplo, de um sector público produtivo muito alargado), exigia uma maior intervenção das autoridades económicas (e políticas) na definição das regras do jogo económico. O *plano* teria que se impor mais perante o *mercado*, até aí o motor da sociedade e da economia --- o que, naquele quadro de repartição do rendimento com forte base étnica, tinha trazido consigo a agitação social. Reflexo desta orientação foi o aumento significativo da parte das despesas públicas no PNB: se em 1970 ele era de 29,2%, em 1979 era de 39,2%, tendo atingido os valores de 58,4% e 56,8% (!) em 1982 e 1983 ¹⁹.

Também a participação directa na produção através de empresas estatais era assumida à partida como um instrumento importante da nova política económica:

"o governo participará mais directamente no estabelecimento e operação de uma vasta gama de empresas produtoras. Isto será feito através de empresas totalmente controladas pelo Estado e de *joint-ventures* com o sector privado. [Isto] representa uma alteração significativa em relação à prática passada. A necessidade de tais esforços pelo governo resulta do objectivo de estabelecer novas actividades industriais em áreas seleccionadas para o crescimento e de criar uma comunidade comercial e industrial malaia." ²⁰

A citação anterior ilustra bem uma das preocupações da futura política económica e, em geral, da intervenção do Estado e que vai ao encontro dos objectivos já salientados: tentar criar igualdade de riqueza e rendimentos entre os vários grupos étnicos através de acções deliberadamente enviesadas a favor de um deles --- o que tinha sido mais desfavorecido pelo jogo do *mercado* --- que corrigissem as desigualdades herdadas do período colonial e aprofundadas

¹⁸ - Sobre todo este aspecto, vd SALLEH, I. et al. *op. cit.*, pg 22 (Box 3). Aí se refere que em 1981 o governo já tinha investido dois biliões --- *bilhão = milhar de milhão* ao longo de todo o texto --- de ringgit em 674 empresas, tendo sido seleccionadas 21 empresas (onde o Estado tinha investido 660 milhões de ringgit) que foram vendidas aos "bumiputeras"

¹⁹ - vd SALLEH, I. et al. *op. cit.*, pg 17 (quadro 2). A partir de 1987, depois das correcções introduzidas na política económica na sequência da crise de 1985-86, este valor estabilizou-se nos 41-42%

²⁰ - vd *Segundo Plano para a Malásia, 1971-75* citado por BRUTON, H. *op. cit.*, pg 271-272

durante a primeira década pós-independência ²¹.

As empresas públicas foram não só um instrumento da política de crescimento económico (nomeadamente naqueles sectores em que o sector privado não se aventurava) como também um instrumento da política de rendimentos. O interesse na utilização deste instrumento pelas autoridades adveio igualmente do facto de, face ao seu estatuto, tais empresas terem maior liberdade de acção no mercado e não estarem tão sujeitas ao controlo de outros agentes políticos, como o Parlamento.

Verificou-se, pois, uma cada vez maior aposta nestas empresas como instrumento de política económica. Por exemplo, durante o Primeiro Plano de Desenvolvimento (1966-70), os recursos afectados às empresas públicas não-financeiras foram de 1,4 biliões de ringgit, equivalentes a 32% das despesas de desenvolvimento. Com a implementação da NEP em 1971 este valor passou para 3,9 biliões em 1971-75 (Segundo Plano), correspondendo a 40%; em 1976-80 esta percentagem passou para 56,6%.

Quadro nº 7 - Sector público empresarial

sector	1960-1970	1971-1980
agricultura	6	73
construção e habitação	7	56
indústria extractiva	3	22
finanças	14	61
manufacturas	35	172
outras indústrias	0	0
serviços	10	135
transportes	13	28

Fonte: SALLEH, I et al. op. cit., pg 20

Em resultado da aplicação da estratégia de redistribuição de riqueza (como elemento da redistribuição de rendimento), a situação quanto à propriedade do stock de capital das empresas do país veio a conhecer uma profunda alteração ao longo dos anos posteriores a 1970 sem que, no entanto, se tivesse alcançado a meta fixada dos 30% em 1990.

De facto, o grupo dos malaios, que em 1971 detinha 4,3% do stock de capital, em 1980 tinha alcançado a percentagem de 12,5% e em 1985 de 17,8%. Esta alteração deu-se fundamentalmente à custa da participação dos estrangeiros já que a sua participação baixou de 61,7% no primeiro daqueles anos para 25,5% no último --- já abaixo da meta fixada para 1990 e que era de 30% ²². O conjunto das outras etnias, para quem se tinha fixado a meta de 40% em

²¹ - Acerca desta importância dada à participação do Estado, é bom não esquecer que naquela época histórica (1969-71) se estava ainda no rescaldo do Maio de 68 em França (e seus reflexos em movimentos próximos na Alemanha e nos Estados Unidos) e do crescente ênfase nas ideias socialistas que, por exemplo, esteve na origem do "Poder Popular" no Chile e da enorme curiosidade sobre o "modelo chinês" --- então bem diferente do de hoje... --- de transição para o socialismo

²² - Aspecto interessante a analisar --- o que faremos adiante --- é a reacção do capital estrangeiro, nomeadamente do investimento directo estrangeiro, a esta evolução e as políticas económicas do governo para lhe fazer face

1990, detinham 34% em 1971 (ano do início da NEP) e 56,7% em 1985 ²³.

Um dos factos a salientar dos dados anteriores, é que --- mais uma vez (!...) --- os principais beneficiários da política de "nacionalização" prosseguida foram as comunidades não-malaias, em particular a chinesa, pois enquanto a parte da comunidade malaia aumentou 13,5 pontos percentuais (um feito notório, sem dúvida), as outras comunidades viram a sua parte aumentar em 22,7 pontos percentuais, o que lhes permitiu ultrapassar em muito a meta que para eles tinha sido fixada enquanto que a comunidade malaia ficou aquém da sua.

Se a medida do êxito da política económica adoptada fôr esta, então estamos perante um relativo falhanço desta. Isso mesmo já era patente a meio percurso e por isso "a política passou de tentar aumentar o tamanho do bolo (teoricamente dando mais a todos) para mudar o tamanho das fatias" ²⁴.

Pormenor a reter e que vem agravar ainda mais a situação é o de que a parte das comunidades malaias inclui a participação dos fundos públicos especialmente criados para o efeito (7,7% dos 17,8% de 1985); o mesmo não acontece no caso das outras comunidades já que para elas tais fundos não existiam. A tomada em consideração destes últimos números dá uma ideia mais nítida da realidade: os *bumiputera*, individualmente considerados, viram a sua participação passar de 2,6% em 1970 para 10,1% quinze anos depois. Temos, pois, que sejam quais forem os valores que adoptarmos, estamos muito longe da meta de 30% fixada para 1990.

A este panorama das alterações da repartição de parte do stock de riqueza nacional há que adicionar o que resulta da distribuição do rendimento por escalões deste e por etnia. Da análise do quadro abaixo se deduz que ela não sofreu, ao longo da década de 70, qualquer alteração significativa, mantendo-se, com ligeiro agravamento, a relativa desigualdade que já vinha da década anterior. Isto, combinado com o que ficou dito nos parágrafos acima, parece confirmar o relativo falhanço de uma das principais vertentes da política económica e social que as autoridades pretendiam prosseguir.

Quadro nº 8 - Repartição de rendimento, 1970 e 1979

decis	malaios		chineses		indianos	
	1970	1979	1970	1979	1970	1979
mais baixo	0.8	1.0	1.5	1.0	1.5	1.1
seguinte	2.9	2.6	3.1	2.6	3.4	2.8
20% mais baixos	3.7	3.6	4.6	3.6	4.9	3.9
nono	16.3	17.7	15.5	17.7	14.6	17.6
mais alto	36.2	34.9	37.1	35.1	39.6	33.2
20% mais altos	52.5	52.6	52.6	52.8	54.2	50.8
20% + altos / 20% + baixos	14.2	14.7	11.4	14.7	11.1	13.0
coeficiente de Gini	0.47	0.47	0.45	0.47	0.46	0.45
rendimento médio mensal (em moeda local)	177	---	399	---	310	---

²³ - vd BRUTON, H. op. cit., pg 286 (quadro 14-2)

²⁴ - Vd SALLEH, I. et al. op. cit., pg 9

Fonte: BRUTON, H. op. cit., pg 217

Estas alterações no domínio da repartição do rendimento surgem num quadro geral de evolução económica que não pode deixar de ser considerado senão como globalmente muito positivo.

Quadro nº 9 - Comportamento de algumas variáveis económicas, 1971-1980

variáveis	1971	1972	1977	1978	1979	1980	1981
taxa de variação do PIB (preços de 1990)	7.1	9.4	7.8	6.7	9.3	7.4	6.9
idem, inflação	1.7	3.1	4.8	4.8	3.6	6.7	9.7
idem, FBCF	25.5	18.9	20.3	25.7	30.6	35.5	25.1
FBCF/PNB	18.2	21.5	23.0	24.0	25.9	27.6	32.3
taxa variação export mercadorias (% , US\$)	-2.4	5.0	15.1	50.4	50.4	17.9	-9.2
idem, import (% , US\$)	6.5	12.7	19.5	26.6	37.1	34.8	12.5
export mercadorias (valor US\$)	1600	1680	6035	7311	10994	12868	11675
import (idem)	1375	1550	4516	5718	7838	10462	11780
investimento directo (idem)	100	114	406	500	573	934	1265
saldo da BTC (idem)	-108	-248	436	108	929	-285	-2486
idem, Balança Pagamentos (idem)	56	27	308	279	802	468	-452
reservas em divisas (idem)	665	796	2688	3123	3711	4114	3816
população (milhões)			12.6				14.1

Fonte: FMI *International Financial Statistics Yearbook, 1995*

De facto, ainda que com oscilações negativas (refira-se nomeadamente a quebra da taxa de crescimento do PIB entre 1973 e 1975), o crescimento da produção deu-se a ritmos relativamente elevados: no período de 1971 a 1980, se retirarmos a taxa verificada em 1975 por ser anormalmente baixa (0,8%), a média das taxas de crescimento do PIB a preços constantes de 1990 foi de 8,8%, o que é, na verdade, um ritmo apreciável de crescimento.

Isto foi possível graças a um aumento significativo da taxa de investimento bruto. De facto, esta, que na década de sessenta se tinha situado nos cerca de 14-15%, aumentou, logo em 1971 e na sequência das alterações de rumo da política económica que então ocorreram, para 18,2%. Em 1972 passou a ser de 21,5% e foi aumentando até à média de 25-26%. Em 1980, depois de um abrandamento em 1977-78, foi de 27,9%.

Aquele ritmo de crescimento foi conseguido, no entanto, sem que se tivessem verificado tensões inflacionistas significativas: a taxa de inflação, que em 1970 e 1971 e na sequência do que se vinha verificando até então, foi de 1,7%, teve um pequeno aumento, situando-se agora em valores da ordem dos 4%. Excepção foram os anos de 1973 e 1974, em que a inflação atingiu 10,7% e 17,2%.

Esta relativa estabilidade dos preços é fruto de uma política económica e de uma situação estrutural da economia caracterizadas pelo incentivo ao investimento directo estrangeiro --- e, por isso, à entrada de capitais --- e um saldo da Balança de Transacções Correntes que ou foi relativamente reduzido ou, como na segunda metade da década de 70, foi sempre positivo. Isto significa que, tal como na década anterior, o país não sofria do desequilíbrio externo ²⁵ que nessa

²⁵ - A Balança de Pagamentos foi sempre positiva durante o período, tendo mesmo passado do patamar dos cerca de 500 milhões de US\$ para o cerca de 1500 milhões em 1976-1978 e para os 3 biliões em 1979 e 2,5 em 1980

ocasião já atingia muitos dos países em desenvolvimento, dando-lhe uma estabilidade económica que permitiu taxas de inflação moderadas apesar de um constante agravamento do saldo negativo das contas públicas devido à crescente intervenção do Estado na economia. Este défice, que até ao início da NEP se situava no patamar dos cerca de 500 milhões de ringgit por ano, passou a apresentar uma tendência crescente, saltando para os quase 4 biliões em 1979 e os 11 biliões dois anos depois.

Para a estabilidade dos preços contribuiu ainda a valorização da moeda nacional que aqueles saldos positivos da Balança de Pagamentos permitiram: depois de uma fase, a década de sessenta, em que o câmbio face ao dólar se manteve relativamente estável nos cerca de 3,06 ringgit/US\$, a taxa de câmbio veio a valorizar-se progressivamente durante a década de setenta até atingir, no final da mesma década, a sua máxima cotação de sempre (cerca de 2,2 ringgit/US\$) no período 1978-1980.

A favorável situação económica externa, ainda que corresponda a uma como que "tradição" do país, não pode ser vista desligada da estratégia industrial e de comércio internacional então em curso.

Aspecto fundamental a salientar neste domínio é o de que a (velha) ISI ²⁶ foi substituída, ainda nos finais dos anos sessenta mas mais nitidamente ainda com a NEP, por uma estratégia que dava uma maior inserção do país no comércio internacional ²⁷. Uma das principais razões que levaram à mudança de rumo neste domínio foi a incapacidade que a estratégia demonstrou, devido à tendência à sobre-utilização de capital, em criar um número de empregos suficiente para absorver a mão-de-obra disponível no país ²⁸.

As primeiras medidas de promoção das exportações foram adoptadas em 1968 através da *Pioneer Industries Ordinance* e o *Investment Incentives Act*. À semelhança de outras legislações com o mesmo objectivo, esta legislação assentava na concessão de incentivos fiscais (incluindo reduções de impostos e taxas mais favoráveis de amortização de capital, por exemplo) à s empresas exportadoras.

Outra medida adoptada foi a criação, através do *Free Trade Zones (FTZ) Act*, de zonas especiais onde a produção e o comércio da mesma estava sujeito a condições especialmente favoráveis. Estes incentivos tinham quatro componentes essenciais:

- a) importação de matérias primas e de bens de capital sem pagamento de taxas alfandegárias;
- b) articulada com a), redução das formalidades de importação e de exportação, incluindo os fluxos entre diferentes zonas de comércio livre;
- c) construção de infraestruturas apropriadas pela administração pública e aluguer de instalações a preços especialmente reduzidos; e
- d) redução significativa da carga fiscal a suportar pelas empresas instaladas nestas áreas.

²⁶ - Industrialização por substituição de importações

²⁷ - Aspecto a salientar é o de que não se deve confundir a mudança de ênfase na estratégia e na política económica (da ISI para a abertura ao mercado internacional e ao aumento das exportações) com os resultados práticos numa economia. SALLEH et al. citando os trabalhos de dois autores que estudaram o assunto, conclui que "a substituição de importações foi uma fonte de procura muito mais importante do que a expansão das exportações durante os anos 60 e 70 apesar de as políticas de expansão das exportações terem sido adoptadas a partir de 1968"

²⁸ - vd SALLEH, I. et al. op. cit., pg 9

Estas e outras medidas de incentivo às exportações trouxeram consigo um aumento do investimento directo estrangeiro e uma mudança do padrão do comércio internacional do país.

Quanto ao primeiro, assistiu-se em 1973 a um salto de um patamar de IDE relativamente baixo para um nível que ao longo do resto da década de setenta se situou nos cerca de 400-500 milhões de US\$/ano. Face ao esforço de industrialização que se propalava, não nos parece ser um resultado muito positivo.

A este facto não é estranha a política prosseguida de diminuir a importância relativa do capital estrangeiro no país até à meta dos 30% resultante da aplicação da regra dos "30-40-30" que tinha sido apontada como a meta a alcançar em 1990. Instrumento para a alcançar tinha sido a imposição de regras relativamente rígidas quanto à necessidade de o capital estrangeiro se associar com capital nacional para a instalação de empresas acima de determinada dimensão. Esta regra, devido aos limites fixados, implicava que na maioria das empresas de capital estrangeiro teria que haver também participação de capital nacional o que, se servia (?) de incentivo a este servia de desincentivo à quele.

Refira-se, por fim, que a sucessiva valorização da moeda nacional também não terá ajudado a incentivar este tipo de investimento. Tal valorização, que ocorreu num quadro de aumento das receitas de exportação proporcionadas pela subida dos preços das matérias primas exportadas pelo país e pelo início da exportação de petróleo em 1977, tem consigo uma componente de *dutch disease* que ajuda a explicar também a dificuldade observada na diversificação da produção e da exportação.

Relativamente à alteração do comércio internacional, depois de, durante o período de 1969 a 1972, as exportações de mercadorias pela Malásia se manterem na ordem de grandeza dos 1,6 biliões de US\$, em 1973 elas subiram para cerca de 3 biliões. Esta evolução fica-se a dever, mais do que às manufacturas, às matérias primas (petróleo mas principalmente madeiras e borracha) e à subida de preços que elas tiveram na época. Se em 1975 o principal produto exportado era a borracha (22%) seguida do óleo de palma (14,3%) e do estanho (13%), em 1980 era o petróleo o principal produto de exportação (23,8%), seguindo-se a borracha (16,4%) e as madeiras (14%)²⁹.

Entretanto, o valor global das exportações continuaram a subir e no período 1979-81 situaram-se em cerca de 12 biliões de US\$.

A este aumento do valor correspondeu também uma alteração da estrutura por produtos e por países: se em 1975 era Singapura (20,3%) o principal cliente da Malásia, em 1980 essa posição tinha sido ganha pelo Japão (22,8%; era 3º em 1975, com 14,3%). Os Estados Unidos, em segundo lugar em 1975, estavam em 1980 na terceira posição (16,4%), logo atrás de Singapura (19%).

Dos números acima sobre os principais produtos de exportação resulta que os produtos do sector primário (nomeadamente as matérias primas) têm um peso determinante nas exportações da Malásia. O dos produtos manufacturados³⁰, por sua vez, tem-se limitado a percentagens que

²⁹ - vd *Asian Development Bank Key indicators of developing Asian and Pacific countries*, 1993, Oxford UP, sl, 1993, pg 176

³⁰ - Nesta designação incluímos aqueles que, como as manufacturas básicas, as máquinas, os aparelhos de transporte e outros, estão na base de um processo de industrialização orientada para as exportações como (pelo menos aparentemente) era o caso do país no quadro da NEP

variam sensivelmente entre os 29,5% de 1975 e os 27% de 1980 e 1981. Isto é, tendo em consideração apenas este indicador não nos parece possível dizer que a estratégia de industrialização tenha sido um caso flagrante de sucesso.

No entanto, há que reconhecer que as medidas adoptadas tiveram repercussão sobre o comércio internacional da Malásia.

Na verdade, é possível detectar na evolução do comportamento das exportações de mercadorias três zonas principais. A primeira, que decorre sensivelmente até ao início da NEP, é de uma certa estabilidade da variável a níveis relativamente baixos.

A segunda, que inclui o período em análise e que vai desde o início da NEP até à crise de 1985-86, corresponde a uma intensificação das relações externas do país; e a terceira, após aqueles últimos anos, corresponde a uma aceleração daquela orientação para o exterior. Traduzindo esta (moderada?) orientação, em 1975 o peso da exportações na economia do país era de 45,6% enquanto que em 1980 esta percentagem tinha subido para 52,3%, aumento que, como salientámos acima, se deveu mais à subida do volume e do preço das matérias primas exportadas (vd. quadro abaixo) do que ao aumento das exportações de bens manufacturados.

Quadro nº 10 - Índices do comércio externo, 1975-1980

Índice (1970 = 100)	1975	1976	1977	1978	1979	1980
<i>quantidade</i>						
exportações	135.0	154.1	150.3	173.7	209.0	229.9
importações	117.4	129.8	146.9	177.3	211.2	256.2
<i>valor unitário</i>						
exportações	132.1	159.2	186.5	199.4	230.7	254.3
importações	194.6	197.9	203.1	208.1	223.2	267.6

Fonte: Asian Development Bank *Key Indicators*, op. cit., pg 178

Temos, pois, que a diversificação da economia e da origem das receitas de exportação que se pretendia alcançar não foi, de facto, conseguida já que a grande dependência em relação às receitas de exportação das matérias primas continuava.

Tal como em outros casos e face às características da economia, a maior abertura ao comércio internacional trouxe consigo não só o aumento das exportações como também o das importações. Destas, face à reduzida dimensão do mercado que torna inviável a produção de um número significativo de bens de equipamento, há a realçar a importância deste tipo de bens (32,5% das máquinas e material de transporte em 1975 e 38,8% em 1980) e a das manufacturas básicas e dos minerais energéticos.

Medida da maior inserção do país na economia mundial é a taxa de abertura da economia: o peso da soma das exportações e importações na despesa nacional. Traduzindo a maior importância das exportações e das importações na economia nacional, esta taxa foi de 90,7% em 1975 e de 112,6% em 1980.

Enfim, parece evidente por quanto ficou dito que os objectivos que a política económica se impôs para a década de setenta não foram integralmente alcançados quer quanto à repartição de

rendimentos entre os diversos grupos étnicos quer quanto à orientação da economia para o exterior.

4 - Crescer é preciso --- mais do que redistribuir ... (1980/81 - 1985)

Estas dificuldades começaram a ser ainda mais evidentes no final dos anos setenta e início dos anos 80 e estão bem patentes no comportamento da taxa de crescimento (queda de 9,3% em 1979 para 6,9% em 1981 e 5,2% em 1982, p.ex.)³¹ e nas quebras significativas dos saldos da BTC e da BP que passaram de positivos a negativos (o saldo da BTC, por exemplo, passou de +929 milhões de US\$ em 1979 a -285 milhões em 1980, a -2,5 biliões em 1981 e a -3,6 biliões em 1982).

Sinal da crise que se instalou foi também a queda do investimento privado: a sua taxa de crescimento, que tinha sido de 10,6%, em média, durante os anos setenta, fixou-se em 1981 e 1982 em 4,1% e -2,3%, respectivamente.

Quadro nº 11 - Comportamento de algumas variáveis económicas, 1980-1985

variáveis	1980	1981	1982	1983	1984	1985
taxa de variação do PIB (preços de 1990)	7.4	6.9	5.9	6.3	7.8	-1.0
idem, inflação	6.7	9.7	5.7	3.7	4.0	0.3
idem, FBCF	35.5	25.1	9.6	10.9	0.7	-8.9
FBCF/PNB	27.6	32.3	37.3	38.1	38.5	34.2
taxa variação export mercadorias (% , US\$)	17.9	-9.2	2.5	14.4	19.7	-7.7
idem, import (% , US\$)	34.9	12.5	7.7	4.4	1.7	16407
export mercadorias (valor US\$)	12868	11675	11966	13683	13426	15133
import (idem)	10462	11780	12719	13251	797	11556
investimento directo (idem)	934	1265	1397	1261	-1671	695
saldo da BTC (idem)	-285	-2486	-3601	-3497	486	-613
idem, Balança Pagamentos (idem)	468	-452	-262	-15	3470	1151
reservas em divisas (idem)	4114	3816	3509	3509		4621
população (milhões)	13.7					15.7

Fonte: FMI *International Financial Statistics Yearbook, 1995*

Tal evolução teve causas internas e externas. Quanto a estas últimas, note-se que estamos em plena crise económica internacional suscitada pelo segundo aumento do preço do petróleo e as medidas de adaptação a este choque tomadas pelos países industrializados (os principais clientes da Malásia): a taxa de crescimento dos países da OCDE baixou de 2,3% para -0,8% de 1981 para 1982. Em consequência, a taxa de crescimento das exportações de mercadorias pela Malásia (medidas em US\$), que tinha sido de 21 e de 50% em 1978 e 1979, foi de -9,2% e de 2,5% nos dois anos seguintes, provocando o aparecimento de saldos negativos numa Balança de Transacções Correntes que tinha sido quase sempre positiva até então.

Quanto às causas internas da crise, elas prendem-se essencialmente com a incapacidade que a NEP vinha demonstrando para assegurar, como pretendia, a equidade entre os grupos

³¹ - Estas taxas, apesar de denotarem uma queda significativa no ritmo de crescimento, são ainda elevadas sob todos os pontos de vista. A questão é que o país e a maioria dos demais países "em desenvolvimento" da região estavam habituados (e habituaram os analistas) a taxas mais elevadas

étnicos *cum* crescimento económico e diversificação da produção e das exportações.

A crise económica interna e o relativo falhanço da estratégia definida no início da década de 70 estiveram na base das transformações políticas ocorridas em 1981, com a subida ao poder de um novo grupo de dirigentes nacionais, pouco comprometidos com as opções do passado. De facto, em 1 de Julho de 1981 tomou posse um novo governo tendo à frente o primeiro-ministro Dato Mahatir Mohamad.

Num exemplo verdadeiramente de manual de estudo quanto à aplicação de uma política keynesiana de resposta à crise, uma das linhas de força da política definida para a combater foi aumentar o investimento público (mais 41,5% em 1981 relativamente ao ano anterior), principalmente em obras públicas. Este esforço foi ainda prosseguido no ano seguinte (+20,7%)³² mas depois teve que ser progressivamente reduzido devido aos efeitos que estava a ter sobre as contas públicas: estas, que em 1977 e 1978 apresentavam um saldo negativo de um pouco menos de 3 biliões de ringgit, apresentaram um défice de cerca de 3,7 biliões em 1979, de 7 biliões no ano seguinte e de 11 biliões em 1981 e 1982. Estes valores representavam uma percentagem relativamente ao PIB de quase 20% em cada um dos anos (19,7% e 18,7%, respectivamente), o que diz bem do grau de intervenção do Estado com o intuito de tentar reduzir o impacte da crise.

Face a esta situação, não admira que a taxa de inflação, tradicionalmente baixa e que tinha sido de 3,6% em 1979, tivesse aumentado para 6,7% em 1980 e para 9,7% em 1981, o valor mais alto dos últimos vinte anos (i.e., desde a crise de 1973/74, quando atingiu os 17,2% em 1974).

Os tempos estavam, pois, maduros para a mudança de orientação da política económica que agora parecia inevitável aos olhos de (quase) todos e que vai ser personificada pelo novo primeiro-ministro, Mahatir.

A principal alteração introduzida foi uma mudança de ênfase nas duas componentes do binómio *crescimento / repartição* --- que assim continuou a desempenhar um papel fulcral na definição das estratégias económicas na Malásia. De facto, se a NEP tinha posto o assento tónico na segunda, os novos governantes apostavam decididamente no primeiro --- ainda que com esperança de que se verificasse a ideia do *trickle down*³³:

"o governo continuará a pôr ênfase no aumento da taxa de crescimento da economia pois que este é condição necessária para fazer mais progressos no alcançar dos objectivos da NEP."³⁴

Estava-se agora não no domínio da "distribuição (da riqueza primeiro) *para* o crescimento

³² - vd BRUTON, H. op. cit., pg 305 e quadro 15-1, pg 306

³³ - Recorde-se que esta aponta para a melhoria da situação das camadas mais desfavorecidas como efeito (secundário) do processo de crescimento económico (rápido): este, ao permitir criar novos empregos, iria aumentar os rendimentos dos grupos em que este era mais baixo

³⁴ - Citação do *Mid-term review of the Fourth Pan*, realizada em 1983. Vd BRUTON, H. op. cit., pg 309. A referência aos objectivos da NEP devem aqui ser entendidos principalmente como uma necessidade de política interna, mais do que uma profissão de fé nos mesmos --- ainda que estes não estivessem completamente ausentes das preocupações dos novos governantes

(do rendimento depois)" mas sim no do "crescimento (da riqueza) primeiro, distribuição (do rendimento) depois" ou, dito de outra forma, "não se pode distribuir o que não se produziu"...

Esta ênfase no crescimento foi reforçada mais tarde quando se afirmou que

"a ênfase do desenvolvimento para a segunda metade dos anos 80 assentará no crescimento com estabilidade."³⁵

Para financiar este crescimento tornava-se necessário aumentar a taxa de poupança e, principalmente, a de acumulação através de incentivos ao investimento que poderia ter origem quer no sector privado quer nacional quer internacional. Assim, a taxa FBCF/PNB aumentou dos 27,6% de 1980 até aos 38,5% de 1984. A partir deste ano, em boa parte devido à queda dos preços das matérias primas e aos efeitos da crise de 1985-86, ela voltou a descer até aos 24,5% de 1988.

Estes investimentos foram encaminhados principalmente para o sector industrial, em particular para empresas vocacionadas para a exportação. No entanto, a procura interna, graças à subida de rendimentos dos anos anteriores e à recuperação económica "empurrada" pelas despesas públicas, também teve uma palavra a dizer.

Foi esta orientação, combinada com a queda das receitas das matérias primas não-petrolíferas entretanto verificada que esteve na raiz da subida da participação dos produtos industriais (manufacturas básicas, máquinas, equipamento de transporte e outros produtos manufacturados) nas receitas de exportação: dos cerca de 27% no triénio entre 1980 e 1982, esta percentagem passou a ser de 30% em 1985. Em termos absolutos, o mesmo grupo de produtos aumentou cerca de 50% em valor.

Tratou-se de um aumento percentual ainda modesto --- nomeadamente em comparação com o que se veio a verificar depois desta última data --- mas, se combinado com o aumento em valor, ele dá o sinal da diversificação da estrutura das exportações pela via do aumento das manufacturas de modo a reduzir-se a dependência face às matérias primas. Estas, como se sabe, tinham aumentado o seu preço durante a década de setenta mas estavam agora em queda (quase livre). Uma das consequências foi o facto de as receitas do país pela exportação de matérias primas não-petrolíferas terem sido em 1985 inferiores em 20% ao valor de 1980.

Do que fica dito deste período, incluindo o facto de ele se ter caracterizado pela mudança do poder e por uma crise económica mais ou menos larvar (afinal a queda da taxa de crescimento não foi dramática, tendo-se ela mantido acima da de outras economias dinâmicas da região), é que ele deve ser visto principalmente como um período de transição.

Mas nestes períodos também ocorrem alterações: foi o caso da mudança de ênfase da equidade para o crescimento que então se verificou com a subida ao poder de um novo grupo de dirigentes, da maior ênfase na industrialização *outward looking* que diminuisse a dependência face à produção e exportação de matérias primas e o da opção por uma menor intervenção directa do Estado na economia --- apesar do aumento tipicamente keynesiano nas despesas públicas para fazer face à crise --- e a consequente mudança de ênfase entre *plano* (em baixa) e *mercado* (em alta).

³⁵ - *Fifth Malaysia Plan (1986-1990)* citado por BRUTON, H., idem

Mas também como em todos os períodos de transição, ele foi fundamentalmente isso mesmo: uma transição entre algo velho e que produziu poucos resultados comparativamente com os objectivos que se tinham fixado e algo de novo que se esperava viesse, por outras vias, a melhorar a situação económica dos diversos grupos sociais e étnicos.

5 - Crescer reestruturando (o pós-1985/86)

A crise (que considerámos larvar) da primeira metade dos anos 80 desembocou na crise, bem mais profunda, de 1985/86 e que atingiu todos os países do Sudeste Asiático ³⁶.

Quadro nº 12 - Comportamento de algumas variáveis económicas, 1985 e depois

variáveis	1985	1986	1990	1991	1992	1993	1994
taxa de variação do PIB (preços de 1990)	-1.0	1.0	9.7	8.7	7.8	8.3	8.7
idem, inflação	0.3	0.8	2.7	4.4	4.7	3.6	3.7
idem, FBCF	-8.9	-18.4	24.7	23.2	9.8	13.1	23.4
FBCF/PNB	34.2	32.1	31.1	33.9	37.6	36.3	37.1
taxa variação export mercadorias (% , US\$)	-7.7	-10.5	16.3	17.0	18.1	16.0	
idem, import (% , US\$)	-10.7	-10.6	28.2	26.8	10.1	17.8	
export mercadorias (bilhões US\$)	15.1	13.5	28.6	33.5	39.6	45.9	
import (idem)	11.6	10.3	26.0	33.0	36.2	42.5	
investimento directo (idem)	0.7	0.5	2.3	4.0	4.5	4.4	
saldo da BTC (idem)	-0.6	-0.1	-0.9	-4.2	-1.6	-2.1	
idem, Balança Pagamentos (idem)	1.2	1.5	1.9	1.2	6.7	11.3	
reservas em divisas (idem)	4.6	5.7	9.3	10.4	16.8	26.8	
população (milhões)	16.1					18.6	

Fonte: FMI *International Financial Statistics Yearbook, 1995*

Na Malásia, ela traduziu-se por uma quebra da taxa de crescimento do PIB (a preços constantes de 1990) para -1%. A recuperação não foi muito rápida já que no ano seguinte ela foi apenas de 1%. Porém, em 1988 já era de 9.1%, tendo continuado a aumentar até aos 9,7% de 1990. Desde então abrandou ligeiramente tendo-se mantido nos últimos anos em valores acima dos 8%.

A crise de 1985/86 atingiu também o comércio internacional do país, tendo as exportações e as importações apresentado taxas negativas de crescimento (cerca de -10% em ambas) nesses dois anos.

Facto assinalável é o de que, apesar da evolução negativa da situação conjuntural que se detectou em meados dos anos 80, ter sido possível manter as taxas de inflação a níveis muito baixos e saldos positivos na balança de pagamentos. Isto foi conseguido através de uma política cambial que, mantendo a tendência que vinha desde 1979, se caracterizou por permitir a desvalorização da moeda que ajudasse a resistir melhor à crise das exportações. Também a política orçamental foi de rigor, tendo o seu saldo negativo, depois de um agravamento em 1986 para ajudar a sustentar a crise, retomado a tendência para a sua diminuição que vinha de 1982.

Esta crise caracterizou-se ainda pela queda do investimento, tendo a FBCF apresentado quedas de -8,9%, de -18,4% e de -3,1% no triénio 1985-1987. Só depois de ultrapassada a crise é que começou a recuperar, tendo atingido a taxa máxima deste período pós-1985 em 1989 (37,1% de crescimento em relação ao ano anterior). Esta evolução deve ser vista em conjunto com a da parte da FBCF no PNB que, depois de ter atingido um máximo em 1984 (38,5%), entrou em

³⁶ - Note-se que esta simultaneidade remete para dois fenómenos que se foram aprofundando cada vez mais ao longo dos anos anteriores: a crescente inserção destes países na economia mundial e a crescente articulação entre as suas economias. Assim quando Singapura espirrava, a Malásia tremia...

declínio até atingir 24,5% em 1988. A partir de então recuperou para valores que hoje em dia se situam na ordem dos cerca de 36-37%.

Acompanhando a evolução do restante investimento, o investimento directo estrangeiro sofreu também uma quebra assinalável nesta época, com as suas taxas de variação a atingirem valores negativos no período entre 1983 e 1987³⁷. No entanto, acompanhando a recuperação da economia a partir de deste ano e traduzindo a opção da nova estratégia em implementação por uma maior aposta no investimento privado³⁸ e, nele, no investimento pelas empresas estrangeiras. Esta opção foi facilitada pelo facto de se ter verificado que a parte dos estrangeiros no stock de capital do país, que no quadro da NEP tinha sido fixada em 30%, estava agora a um nível inferior a este: cerca de 25%. Havia, pois, margem de manobra para, mesmo no quadro daquela "velha" NEP, incentivar o investimento estrangeiro no país.

Esta foi apenas uma das facetas principais das novas orientações estratégicas para a economia e que surgiam na sequência e aprofundando as opções que tinham começado a ser implementadas pelo novo primeiro-ministro, Dato Mahatir, a partir da sua tomada de posse em 1981. Estas orientações já foram referidas a propósito da fase anterior e incluem, como vimos, uma maior ênfase no papel do mercado (em contraposição a uma menor interferência directa do Estado na produção) e na intensificação da orientação da produção nacional para o sector manufactureiro e para o exterior, bem demonstrada pelo aumento significativo da taxa de abertura da economia desde 1981 --- de 111% neste ano, ela passou a 105% aquando da crise de 1985 para depois subir aos 169% em 1991.

Resultado desta opção, a parte das manufacturas nas exportações do país conheceram um aumento muito significativo: se em 1985 elas representavam 30,4%, em 1988 já eram 43,4% das exportações do país. Em 1992 esta percentagem tinha aumentado para 63,5%. Saliente-se que este crescimento deve muito ao subsector das "máquinas, equipamento de transporte", já que a sua percentagem, que em 1985 era de 18,5%, em 1992 passou a representar 43,9%. Esta evolução diz bem do esforço de industrialização *cum* diversificação das exportações que a Malásia tem feito nos últimos anos ao abrigo da estratégia referida.

De facto, correspondendo às novas orientações da política económica, deu-se uma alteração estrutural quanto à composição das exportações. Em 1992, o país já não era, apesar de elas continuarem a ter uma grande importância (nomeadamente as madeiras, a borracha, o óleo

³⁷ - Repare-se que a queda deste investimento começou ainda antes do agravamento da crise em 1985. Isto ficou a dever-se não só ao facto de já antes deste ano existirem problemas na economia mas também à alguma instabilidade política que se verificou durante a primeira metade dos anos 80

³⁸ - Representativo desta nova orientação foi o esforço desencadeado para privatizar, ainda que a um ritmo reduzido, uma parte do extenso sector público produtivo que tinha sido criado à sombra da anterior estratégia económica. Assim, o novo quadro da situação deste sector passou a ser como segue (confrontar com quadro nº 7; a fonte é a mesma):

sector	1971-1980	desde 1981
agricultura	73	59
construção e habitação	56	65
indústria extractiva	22	6
finanças	61	44
manufacturas	172	102
outras indústrias	0	10
serviços	135	143
transportes	28	23

de palma e o petróleo bruto), apenas um exportador privilegiado de matérias primas como tinha sido até alguns anos antes; ele tornara-se também num exportador de produtos industriais de grande sofisticação tecnológica (vd quadro abaixo).

Importância fundamental neste contexto tem tido a indústria electrónica já que ela, no seio da indústria manufactureira, ocupa a principal posição quanto à produção, ao valor acrescentado, ao emprego e às exportações. No período de 1981 a 1988 o seu crescimento foi de cerca de 15% ao ano. Em 1987 ela foi já a principal fonte de divisas da Malásia, ultrapassando, com 6,9 biliões de ringgit, a exportação de petróleo, até então a principal exportação do país, representando, em 1988, 56% das exportações e 22% do emprego da indústria manufactureira e quase 3% do PIB³⁹.

Quadro nº 13 - Comércio externo, por produtos (1987 e 1993); milhões de US\$

CTCI	mercadoria	importações		exportações	
		1987	1992	1987	1992
TOTAL	TOTAL	12679 (100)	39854 (100)	17921 (100)	40778 (100)
0	alimentação e animais vivos	1177 (9,3)	2148 (5,4)	975 (5,4)	1479 (3,6)
1	bebidas e tabaco	76 (0,6)	157 (0,4)	nd	nd
2	matérias primas, excl. fuels	511 (4,0)	1031 (2,6)	4202 (23,4)	4337 (10,6)
24721	<i>madeiras em troncos</i>	nd	nd	1677 (9,4)	1514 (3,7)
24831	<i>madeiras em placas</i>	nd	nd	654 (4,8)	1353 (3,3)
3	petróleo e derivados	945 (7,5)	1688 (4,2)	3572 (19,9)	5279 (12,9)
333	<i>petróleo bruto</i>	195 (1,5)	127 (0,3)	2514 (14,0)	3640 (8,9)
334	produtos refinados do petróleo	640 (5,0)	1321 (3,3)	322 (1,8)	476 (1,2)
4	óleos e gorduras anim. e vegetais	81 (0,6)	130 (0,3)	1655 (9,2)	2691 (6,6)
4242	<i>óleo de palma</i>	nd	nd	1137 (6,3)	1888 (4,6)
5	produtos químicos	1303 (10,3)	3115 (7,8)	292 (1,6)	833 (2,0)
6	manufacturas básicas	1966 (15,5)	6435 (16,1)	1473 (8,2)	3507 (8,6)
7	máquinas; equip. de transporte	5718 (45,1)	21859 (54,8)	4645 (25,9)	17863 (43,8)
759	<i>peças máq. escrit. e trat. auto. inform.</i>	62 (0,5)	926 (2,3)	nd	1944 (4,8)
762	<i>receptores de radiodifusão</i>	58 (0,5)	1762 (4,4)	420 (2,3)	1744 (4,3)
764	<i>equip. de telecom. e suas peças</i>	391 (3,1)	67 (0,2)	253 (1,4)	1735 (4,3)
7721	<i>interruptores</i>	187 (1,5)	730 (1,8)	65 (0,4)	292 (0,7)
7722	<i>circuitos impressos e peças</i>	60 (0,5)	539 (1,3)	nd	196 (0,5)
776	<i>lâmpadas, válvulas, tubos</i>	2273 (17,9)	5376 (13,5)	2743 (15,3)	5648 (13,9)
7764	<i>microcircuitos eléctricos</i>	521 (4,1)	1445 (3,6)	1968 (11,0)	4127 (10,1)
77689	<i>peças para 776</i>	1563 (12,5)	2976 (7,5)	362 (2,0)	411 (1,0)
8	manufacturas diversas	774 (6,1)	2351 (5,9)	1039 (5,8)	4531 (11,1)
84	<i>vestuário e acessórios</i>	43 (0,4)	130 (0,3)	608 (3,4)	1883 (4,6)
9	bens não classificados	129 (1,0)	941 (2,4)	nd	183 (0,4)

Fonte: UNITED NATIONS *International Trade Statistics Yearbook 1993*

Destinatários privilegiados destas exportações têm sido os outros países asiáticos, os Estados Unidos e a União Europeia.

³⁹ - vd SALLEH, I. et al., op. cit., pg 13 (caixa 2). Mais sobre esta indústria neste local

Quadro nº 14 - Estrutura do comércio externo por países (%)

regiões / países	importações		exportações	
	1987	1992	1987	1992
União Europeia	13.3	12.3	14.3	14.9
Ásia não-URSS	53.5	56.9	59.7	57.4
Estados Unidos	18.8	16.0	16.6	18.6
Japão	21.8	26.5	19.6	13.4
Singapura	14.5	15.6	18.2	23.0
Coreia do Sul	2.7	3.1	5.3	3.4
Tailândia	3.5	2.5	2.9	3.7
China	3.0	2.5	1.6	1.9
Hong Kong	2.2	2.2	2.8	3.8
Alemanha	4.3	4.3	3.4	4.0
Reino Unido	4.1	3.1	3.2	4.0
Holanda	nd	0.9	3.5	2.4
Austrália	4.2	2.5	nd	1.7

Fonte: UNITED NATIONS *International Trade Statistics Yearbook 1993*

Note-se que a posição dos primeiros, que em 1990 atingiu os 60,3%, tem vindo a diminuir em benefício dos Estados Unidos: o grupo "Ásia não-URSS" absorvia em 1992 57,4% das exportações da Malásia e em 1993 esta participação foi ainda menor, com 51,8%. Os Estados Unidos, por sua vez, viram a sua participação aumentar de 13% em 1985 para 20,3% em 1993. A crescente presença no país de empresas multinacionais com sede nos Estados Unidos (nomeadamente nos domínios da informática e das telecomunicações) está na origem desta intensificação das relações económicas entre os dois países.

Também Singapura, numa manifestação da crescente integração das economias da ASEAN, tem aumentado a sua participação nas relações com a Malásia, sendo que tal movimento é mais nítido no sentido Malásia-Singapura do que no sentido inverso. A este fenómeno não é estranha a crescente produção na Malásia, particularmente no estado de Johor⁴⁰ e por empresas de Singapura, de mercadorias que são posteriormente exportadas por esta no quadro da sua situação de economia de *entrepôt* que ela desempenha naquela parte do mundo.

A estratégia implementada nestes últimos anos não tem, porém, uma mera dimensão produtiva. De facto, este sucesso económico não teria sido possível se não tivesse havido também uma profunda modificação em vectores que classificaremos como políticos e culturais. Estas alterações, dinamizadas pelas autoridades que lideram o país desde 1981, são sintetizadas em duas expressões comuns no país e que servem de *leit motiv* à acção daquelas autoridades e que elas procuram transmitir a toda a sociedade: a de *Malaysia, Inc* e a de *look east* --- que é simultaneamente *stop looking west*...

Estas expressões tentam sintetizar o programa de acção do primeiro-ministro Mahatir: o que é necessário para assegurar o crescimento económico é um comportamento colectivo do tipo empresarial e que se assemelhe ao do Japão (principalmente). As características que assim se pretendem realçar e que se espera que tenham resultados positivos no processo de

⁴⁰ - Estas relações dão-se no quadro do chamado "triângulo de crescimento" que inclui Singapura, o estado malaio de Johor e as ilhas Riau, da Indonésia. O lado mais desenvolvido deste triângulo é precisamente o que une Singapura a Johor. Para aqui se têm deslocado algumas fábricas ligadas a empresas de Singapura e que aqui vêm à procura de terrenos e mão-de-obra mais baratos (porque mais abundantes) do que na cidade-estado

desenvolvimento são a cooperação entre as entidades públicas, privadas e os trabalhadores para melhorarem a economia do país. Pretende-se também aumentar o apego da população --- principalmente na de origem malaia --- a hábitos de trabalho intensivo com simultânea poupança de recursos: a população deverá "olhar para Oriente" em vez de "olhar para o Ocidente" uma vez que é ali que prevalecem

"os valores, a ética do trabalho e as práticas de gestão que enfatizam o trabalho árduo, a lealdade para com a empresa, a dedicação e a necessidade de ser *self reliant* através do trabalho árduo de cada um, a determinação e a iniciativa." ⁴¹

E o objectivo de melhoria de repartição de rendimento que desempenhou um papel tão importante na década de setenta, estando no eixo da NEP? Dados para 1984 dão-nos uma ideia da evolução que entretanto ele teve.

Assim, um indicador global é o de que o nível de pobreza absoluta se reduziu significativamente pois se em 1970 havia 49,3% das famílias abaixo da linha de pobreza, esta valor tinha descido para 18,4% em 1984 e para 17,1% em 1990. Por outro lado, a preços constantes de 1970, a média dos rendimentos mensais das famílias do país era a seguinte:

Quadro nº 15 - Rendimento médio mensal, 1979 e 1984 (preços de 1970)

grupo étnico	1979	1984	taxa de crescimento 1980-84
Malaios (<i>Bumiputera</i>)	296	384	5.3
Chineses	565	678	3.7
Indianos	455	494	1.7
Média nacional	417	494	3.4
cidades	587	695	3.4
rural	331	372	2.4

Fonte: BRUTON, H. *op. cit.*, pg 319

Como se pode verificar, a taxa de crescimento do rendimento médio dos malaios foi a maior das três comunidades, o que vai ao encontro dos objectivos da NEP. Porém, continuamos muito longe de uma situação próxima da igualdade já que, em média, a comunidade chinesa continua a ter (1984) um rendimento mensal cerca de 80% superior à da comunidade malaia e mais de um terço acima da média nacional (os malaios recebem cerca de 77% da média e os indianos um valor igual a esta). Estes números representam uma redução do leque de rendimentos pois que em 1970 os chineses recebiam 2,25 vezes o rendimento dos malaios e os indianos 1,75 vezes.

⁴¹ - Citado por BRUTON, H., *op. cit.*, pg 316

6 - Conclusão

Ao longo deste texto tentámos determinar quais as principais linhas de força das estratégias que sucessivamente foram sendo prosseguidas pelas autoridades da Malásia e que permitiram assegurar a esta um estatuto especial no quadro dos países em desenvolvimento já que fazendo parte do que poderemos designar por "segunda onda" de Novos Países Industrializados ⁴².

Estas estratégias, que numa primeira fase puseram o acento tónico na repartição do rendimento entre as comunidades e dentro delas, vieram depois a enfatizar principalmente o crescimento económico. Uma avaliação de todo o processo determinada pela questão da repartição do rendimento não poderá deixar de constatar que se conseguiu uma diminuição importante da desigualdade da repartição do rendimento sem, no entanto, se conseguir alcançar o objectivo de uma sociedade mais igualitária.

A mudança de orientação ocorrida no início dos anos 80 mostrou-se essencial para uma transformação estrutural do país. Foi assim que ele passou de essencialmente dependente da produção e exportação de matérias primas (petróleo bruto, estanho, borracha, óleo de palma) a exportador de bens manufacturados (principalmente da indústria electrónica).

Esta alteração foi acompanhada de uma revisão do papel do Estado e do mercado na economia. Se na década de setenta a ênfase foi colocada na intervenção do primeiro (primordialmente para tentar alterar a distribuição interétnica do rendimento), a partir de 1980 e, mais notoriamente ainda a partir da crise de 1985-86, a participação directa do Estado na economia sofreu uma redução em benefício do papel do sector privado --- nomeadamente das empresas transnacionais, já que a ela pertencem as principais empresas manufactureiras ao redor das quais pululam outras essencialmente nacionais.

Não se pense, porém, que a esta retirada do Estado da produção correspondeu uma quase desresponsabilização deste pelo andamento do processo económico. Na verdade, a intervenção assumiu agora novos moldes, o menor dos quais não é uma política de condicionamento do comportamento dos agentes económicos que os oriente para a obtenção de taxas o mais elevadas possível de crescimento económico.

As expressões "Malaysia, Inc." e "Look East" --- isto é, para o exemplo do Japão e dos "4 tigres asiáticos" --- procuram sintetizar este papel de condicionador que o Estado tem assumido. As declarações do primeiro-ministro Mahatir e uma organização política e social que exerce um controlo apertado sobre a orientação global da sociedade civil são outras manifestações de uma forma de exercício do poder que está toda ela orientada para servir os interesses do crescimento.

Foi esta sucessão de orientações estratégicas que permitiu à Malásia chegar ao presente com um rendimento *per capita* de 7790 dólares PPC (Paridade dos Poderes de Compra) ⁴³. Este valor, conjuntamente com os valores alcançados pelo país em variáveis como a esperança de vida à nascença, a taxa de alfabetização de adultos e a taxa de escolaridade bruta conjunta dos

⁴² - A primeira onda é constituída pelo "4 tigres da Ásia": Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura. Na "segunda onda" incluem-se os países da ASEAN, principalmente a Tailândia, a Malásia e a Indonésia. O "epicentro" destas ondas é o Japão

⁴³ - Este valor deverá ser comparado, por exemplo, com o dos Estados Unidos (valor máximo) e o de Portugal e que foram, respectivamente, de 23760 e de 9850 dólares PPC. Ele está 100 dólares acima do correspondente à República Checa

1º, 2º e 3º níveis de ensino permitem calcular para o país um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,822⁴⁴, o que o classifica em 59º lugar na escala do IDH mas no seio do conjunto de países com desenvolvimento humano elevado. É, sem dúvida, um resultado apreciável para um país que partiu de uma situação de subdesenvolvimento dependente.

BIBLIOGRAFIA

Asian Business, Abril 1995

Asian Development Bank Key indicators of developing Asian and Pacific countries, 1993, Oxford UP, sl, 1993

BRUTON, Henry (et colab.) *The political economy of poverty, equity, and growth: Sri Lanka and Malaysia* (World Bank Comparative Study), Oxford University Press, New York, 1992

GARNAUT, Ross e DRYSDALE, Peter *Asia Pacific regionalism. Readings in international economic relations*, Harper Educational, Pymble (NSW/Austrália), 1994

LINDEMANN, Hans (ed) et al. *Export-oriented industrialization in developing countries*, Singapore Univ. Press, Singapore, 1987

SALLEH, Ismail e MEYANATHAN, Saha *Malaysia: growth, equity, and structural transformation* (série *The lessons of East Asia*), World Bank, 1993, pg4

⁴⁴ - Este valor pode ser comparado com o de 0,95 (o mais elevado) para o Canadá, o de 0,937 para os Estados Unidos e o de 0,874 para Portugal

MALÁSIA: ESTATÍSTICAS

Informações gerais

Área	329,3 mil km ²
Clima	equatorial
Temperatura	21° a 32°
Pluviosidade média anual	2540 mm
População (est. 1995)	20 milhões
Taxa de crescimento da população	2,4%
Esperança de vida à nascença - homens	69 anos
mulheres	74 anos
Religião predominante	Islão
Primeiro Ministro	Mahatir Mohamad

Governo

	1994	1995 (proj)	Despesas de capital (bilhões M\$)	
			1994	1995 (Proj)
Rendimento (bilhões M\$)	45.6	47.6	Infraestruturas	3.0 3.0
Despesa (M\$ bilhões)	45.0	47.1	Defesa	2.2 2.6
Superavit orçamento (M\$ milhões)	637	543	Educação	1.6 2.6
Despesa pública em % do PIB	24.5	23.6	Saúde	0.3 0.4

Economia

(manufact.)

	1994	1995 (proj)	Principais sectores exportadores	
			(bilhões US\$)	1994 1995
(proj)				
PIB (bilhões US\$)	70.5	79.9	produtos eléctricos e electrónicos	27.2 34.2
Taxa de crescimento do PIB	8.5	8.5	têxteis, vestuário e calçado	2.1 2.8
PIB per capita (US\$)	3615	4000	madeira e seus produtos	2.0 3.0
Taxa de câmbio (M\$:US\$ 1)	2.6	2.5		
Inflação (%)	3.7	4.4		
Taxa de juro (%)	7.4	8.0		
Déficit da BTC (bilhões US\$)	4.5	5.0	Principais produtos agrícolas (bilhões US\$)	
Dívida externa (bilhões US\$)	17.5	17.5	madeira	13.5 13.6
Rácio do serviço da dívida (%)	4.7	4.0	óleo de palma	2.7 2.9
Oferta de moeda (M2, taxa variação%)	21.0	16.0	borracha	0.4 0.4
Reservas externas (bilhões US\$)	32.2	34.5		
PIB por sector (%)				
agricultura	14.6	13.5		
indústria/manufacturas	31.2	32.2		
serviços	44.0	44.9		

Força de trabalho

	1994	1995 (proj)	Emprego por sector (%)	
			1994	1995 (proj)
Total (milhões)	7.8	8.0	agricultura	19.9 18.8
Taxa de desemprego	2.8	2.8	manufacturas	24.6 25.4
			serviços (excl. gov)	44.2 44.7

governo 11.3 11.1

Comércio internacional

	1994	1195 (proj)
Exportações (biliões US\$)	56.9	71.9
Importações (biliões US\$)	56.9	71.6
excedente (milhões US\$)	43	300
principais itens exportados (biliões US\$)		
ind. electrónica	35.3	44.6
petróleo e gás	3.3	3.8
óleo de palma	3.0	2.9
principais itens importados (biliões US\$)		
máquinas mat. transp.	29.0	33.6
bens manufacturados	7.3	9.5
prod. químicos	3.7	4.8
principais clientes (biliões US\$)		
Singapura	11.2	14.5
Estados Unidos	10.6	13.8
Japão	7.2	9.3
principais fornecedores (biliões US\$)		
Japão	14.2	18.8
Estados Unidos	8.4	11.3
Singapura	7.3	9.9

Investimento

	1993	1994
investimento estrangeiro (FDI)		
directo (aprovado)	2.9	4.3
portfolio	3.7	5.8
principais fontes FDI (milhões US\$)		
Estados Unidos	630	1120
Japão	560	700
Taiwan	330	480
principais sectores de destino (idem)		
electrónica	660	1820
química	650	550
prod. metálicos	280	
produtos da madeira		350
investimento malaio	1.3	
no exterior (biliões US\$)		

Fonte: *Asian Business*, Abril 1995, pgs 40-41